

Coletânea de Discursos do
Senador Jarbas Vasconcelos

De tributos e abusos

- Crítica à Proposta de Reforma
Tributária do Governo Lula
- Alerta à Bancada de Oposição para
os ataques aos Poderes da República

Discursos pronunciados pelo Senador JARBAS
VASCONCELOS, em março de 2008.

SENADO FEDERAL
Senador JARBAS VASCONCELOS

“De tributos e abusos”

Coletânea de discursos do Senador Jarbas Vasconcelos

- Crítica à Proposta de Reforma
Tributária do Governo Lula

- Alerta à Bancada de Oposição para
os ataques aos Poderes da República

ABRIL – 2008

“Não tenho condições de acreditar numa Reforma Tributária na qual não fica claro quem perde e quem ganha”.

(Extraído do discurso “Crítica à Proposta de Reforma Tributária do Governo Lula”)

SUMÁRIO

Pág.

Crítica à Proposta de Reforma Tributária (05.03.2008)..... ?

Alerta à Bancada de Oposição (13.03.2008))..... ?

Crítica à Proposta de Reforma
Tributária do Governo Lula
(5 DE MARÇO DE 2008)

Senhor Presidente, Senhoras Senadores e Senhores Senadores, desde que cheguei a esta Casa, em fevereiro de 2007, sempre coloquei a Reforma Tributária como uma das prioridades da agenda do Congresso Nacional, e em diversas oportunidades cobrei essa iniciativa da parte do Governo Federal - uma das várias promessas não cumpridas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma promessa da campanha de 2002!

No ano passado, no auge das discussões sobre a prorrogação da CPMF, o Governo voltou a falar do assunto, empunhando essa bandeira de forma oportunista.

Meu ceticismo com relação às promessas oficiais não foi reduzido com a entrega da proposta de Reforma Tributária, realizada na semana passada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Qual o crédito que esta administração pode ter na sua relação com a Oposição? Em minha opinião, nenhum. O Governo é incidente e reincidente em não cumprir o pactuado.

Em apenas um ano de mandato como Senador, percebi que o atual Governo não tem nenhum respeito pela opinião divergente; prefere o adesismo à divergência democrática; prefere a passividade bovina à iniciativa propositiva, mesmo que discordante. No final do ano passado, aqui mesmo neste Plenário, tive a oportunidade de assistir a uma didática explanação do nobre Senador Tasso Jereissati, sobre as negociações realizadas em 2003 com o Governo Lula justamente sobre a Reforma Tributária.

De forma clara e transparente, o nobre Senador do PSDB contou como ocorreu todo o processo de negociação, os compromissos firmados com o Governo em meados de 2003.

Compromissos postos à mesa e não cumpridos, de enviar uma proposta de Reforma Tributária, que reduzisse a pesada carga que hoje está sobre as costas dos contribuintes brasileiros; que criasse regras sólidas e honestas para a divisão do "bolo tributário" entre União, Estados e Municípios.

De lá para cá, o Ministro da Fazenda mudou: saiu Antonio Palocci e entrou Guido Mantega; o Presidente da República conquistou um novo mandato, mas a prática do desdenho pelo Parlamento permanece.

No final do ano passado, houve uma promessa solene do Governo de que não se recorreria a aumento de impostos para compensar, Sr. Presidente, a não-renovação do "imposto do cheque". Compromisso que foi repetido pelo Líder do Governo nesta Casa, o nobre Senador Romero Jucá.

O próprio Presidente da República, em 19 de dezembro do ano passado, descartou o aumento de impostos e o eventual lançamento de um pacote de medidas compensatórias como alternativas para o fim da cobrança da CPMF. Esta sinalização foi fundamental para a aprovação, com apoio da Oposição, da Desvinculação de Recursos da União, a DRU, proposta que teve meu voto contrário em duas oportunidades, justamente por não acreditar nos "compromissos virtuais" do Governo.

No início do ano veio a confirmação dessa minha embasada desconfiança; e o Governo anunciou um pacote de medidas, aumentando o Imposto sobre Operações Financeiras e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O voto de confiança da minoria foi jogado na lata do lixo pelo Governo.

Sr. Presidente, "nunca antes na história deste país" se mudou tanto de opinião em tão pouco tempo, como aconteceu e ainda acontece com o PT e com o Presidente Lula - uma verdadeira "metamorfose tremulante". Quando estavam na Oposição, a redução da carga tributária era a plataforma recorrente e a culpa era do Governo, "insensível" aos interesses dos contribuintes. Hoje, apesar dos recordes mensais da arrecadação federal, o Presidente afirma que não tem como reduzir a carga pesada dos tributos.

Em síntese, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, não dá para acreditar no Governo do PT. Não dá para acreditar que a redução da carga tributária ocorrerá após a aprovação da Reforma, como afirmou o Ministro Mantega. Isso é brincadeira de mau gosto, é abusar da boa vontade da Oposição; é um verdadeiro acinte.

O Governo não tem crédito político e, para esse tipo de operação, não adianta recorrer aos cartões corporativos. Não basta o Governo enviar ao Congresso Nacional um conjunto de eventuais boas intenções. Por sinal, Sr. Presidente, intenção tem sido a palavra mais ouvida quando se trata da proposta do Governo.

Também não basta armar eventos pirotécnicos que servem mais como propaganda oficial do que um ato efetivo para facilitar a negociação e uma posterior aprovação de uma Reforma minimamente consensual.

E o que dizer da afirmação do Presidente da República de que se pudesse faria a Reforma Tributária por meio de decreto? Talvez sonhe em voltar no tempo, ocupando o lugar de um dos generais-presidentes que governaram o Brasil no período ditatorial entre 1964 e 1985.

Essa “pérola” da retórica presidencial parece que guarda uma reprimida vocação autoritária e demonstra um tremendo desrespeito pelo Poder Legislativo.

Trata-se de uma estratégia batida de responsabilizar o Congresso Nacional por uma eventual demora ou até mesmo o fracasso na aprovação da Reforma.

O Governo tem a maioria, folgada na Câmara e mais restrita aqui no Senado Federal.

A bancada de oposição não pode ser responsabilizada pelas contradições – cada vez mais evidentes – na base governista. Ao adotar a prática do “é dando direção de estatal que se aprova”, o Governo vira refém da sua própria distorção e os fins terminam atropelados pelos meios.

Onde está a vontade política, tão presente nas promessas e nas falações governistas?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se em vez de empurrar a questão tributária com a barriga, o Governo tivesse aproveitado os últimos anos para construir uma proposta com a sociedade, talvez essa Reforma pudesse chegar aqui com um amplo respaldo político.

O Governo não fez nem uma coisa nem outra. Não enviou uma proposição para o Congresso Nacional e não debateu o tema fora do espaço legislativo.

Vou ser sincero com os senhores e as senhoras: não tenho condições de acreditar numa Reforma Tributária na qual não fica claro quem perde e quem ganha.

Um conhecido economista norte-americano disse certa vez que “não existe almoço grátis”.

Plagiando esse especialista, afirmo que não existe Reforma Tributária sem perdedores. Sei que essas perdas serão temporárias, mas elas são inevitáveis.

E quem, no atual cenário econômico, tem mais condições de perder, de abrir mão de alguma coisa?

Na minha modesta opinião, creio que é a União, pelos resultados econômicos anunciados pelo próprio Governo e pelas dificuldades recorrentes dos Governos Estaduais e Municipais; sem esquecer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a excessiva carga tributária que hoje incide sobre os contribuintes.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Reforma Tributária sem redução da carga tributária que maltrata e machuca todos os contribuintes brasileiros é tapeação, é engodo, é farsa, é mais uma conversa fiada do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB- AP) – Obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB-AP) – V. Ex^a ainda tem 2 minutos do seu tempo. Se o Senador Suplicy for breve

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Concedo o aparte a V. Ex^a. Desculpe não ter visto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Senador Jarbas Vasconcelos, de fato, desde o início do segundo mandato do Governo Lula, especialmente na nossa convivência no Senado, sou testemunha de que sempre esteve dizendo que seria uma prioridade que o Governo Lula apresentasse uma proposta de reforma tributária. Sua Excelência já o havia feito quando, em 2003, acompanhado de todos os Governadores - V. Ex^a era um dos Governadores, e avalio que tenha sido convidado e que também o tenha acompanhado -, veio ao Congresso e fez a sua primeira proposta. Mas V. Ex^a sabe dos entraves havido, inclusive com divergências entre os próprios Governadores a respeito de uma das questões que V. Ex^a aqui apresenta: a dificuldade de se saber exatamente quem é que sai ganhando e quem é que sai perdendo. Agora, o Governo do Presidente Lula, com a responsabilidade do Ministro Guido Mantega à frente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresenta uma proposta que, avalio, contará com a colaboração e com o debate sério de todos nós, inclusive de V. Ex^a, porque algumas das proposições contidas, como a do Imposto sobre o Valor Adicionado em substituição a outros impostos.

Algumas das sugestões que estavam sendo objeto de reflexão na Comissão presidida pelo Senador Tasso Jereissati. De maneira que gostaria de propor a V. Ex^a que tenha uma atitude de boa vontade. V. Ex^a será um dos principais interlocutores de um diálogo certamente produtivo. Tenho a convicção de que vamos chegar a bom termo. Tenho também idéias fortes sobre como deve ser o sistema tributário brasileiro, mas gostaria de dizer que, quanto mais avançarmos no sentido de todos estarmos conscientes de como é destinado o recurso público, mais a sociedade terá a disposição de contribuir com o pagamento de impostos, que podem ser altos ou baixos. Nos países escandinavos, eles se aproximam da casa dos 40%, 45%, 50%, mas a sociedade, de bom grado,

normalmente os recolhe, porque tem a consciência de que eles são destinados ao bem-estar da maioria da população. Nós deveremos – tenho certeza de que esse é também o seu propósito – caminhar nessa direção. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Suplicy. Não será por falta de boa vontade que a reforma tributária, acredito, deixará de ser discutida e votada aqui no Congresso Nacional. Chamo a atenção para o fato de o Governo ter uma ampla maioria na Câmara dos Deputados e uma maioria mais escassa aqui no Senado Federal. Essa vontade, essa determinação de levar a um ponto final, a uma conclusão a reforma tributária depende única e exclusivamente do Presidente da República. Ele não vota, mas será decisivo se sua vontade, se sua determinação apontarem para a aprovação da reforma.

Sr. Presidente, por fim, quero agradecer ao bravo e nobre Senador Mário Couto, que me cedeu seu horário ao permutar comigo, permitindo-me falar nesse horário. Minha gratidão por sua benevolência e generosidade.

Muito obrigado.

Alerta à Bancada de Oposição para
os ataques aos Poderes da República

(13 DE MARÇO DE 2008)

Senhor Presidente, esta Casa precisa urgentemente atualizar, modificar, fazer avançar seu Regimento Interno. É impossível! Nós nos inscrevemos e demoramos muito para usar da palavra. Desde as 14h30min estou aqui para falar e apenas agora, quase 17h, consigo chegar à tribuna. Os Líderes inscrevem-se à vontade e falam antes dos oradores. Mas como esta Casa está vivendo um péssimo momento, talvez a alteração do Regimento Interno seja vista com menos importância – não estou me dirigindo a V.Ex^a, mas, sim, à Casa de modo geral.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a sessão de anteontem, que terminou por volta das três horas da madrugada, destinada a apreciar a medida provisória enviada pelo Presidente da República sobre a criação de uma TV pública realmente marcou – e a Casa tem uma história muito longa – o momento mais degradante que vi desde a minha posse. Foi uma sessão pífia, insana, sem entrar no mérito da criação da TV pública. Não tenho questionamentos maiores a fazer sobre a implantação de uma TV pública. Acho importante, até porque a sua criação está prevista na Constituição de 1988. Seria relevante – o Senador Pedro Simon chamou a atenção de todos para isto – que essa televisão não fosse criada por meio de medida provisória, para que todo o Brasil pudesse debater o assunto.

Estamos passando por uma fase no País em que o Presidente da República faz tudo, muito mais do que fizeram, em regime de exceção, os generais ditadores. A sessão de anteontem, portanto, não poderia passar sem um registro de nossa parte.

Aqui não tenho papel de liderança, sou um dissidente do meu Partido, o PMDB, mas eu não poderia deixar de registrar o meu repúdio, a minha indignação com esse comportamento.

A medida provisória, por si só, já proíbe, já não permite discussão. E a liderança do Governo, por porta de travessa, arrumou um expediente dentro desta Casa para restringir ainda

mais o debate, estabelecendo número de oradores para se discutir a medida provisória que cria a TV pública.

É realmente inconcebível engolir isso. É intolerável passar pela tarde de anteontem e pela madrugada de ontem sem qualquer protesto - e um protesto veemente – pela insanidade cometida no plenário deste Senado.

Nós tivemos, como lembrou a atuante Senadora por Tocantins, Kátia Abreu, um final de ano no plenário do Senado que chamou a atenção de todo o País. A Oposição, com um mínimo de organização, mais uma vez, conseguiu derrotar a renovação da CPMF. E a maioria dos Senadores que votou assim o fez para reduzir a carga tributária. Naquele momento, os Senadores não votaram contra o Presidente Lula; não votaram contra o PT nem contra quem quer que fosse. Votaram, de forma clara e transparente, a favor da redução da carga tributária. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. O País cresce, mas cresceria muito mais se o Presidente cuidasse da infra-estrutura do País. Estamos exportando, mas exportaríamos muito mais se investíssemos em estrada-de-ferro, rodovias, aeroportos, portos. Não temos nada disso, e o País milagrosamente ainda consegue ter uma pauta de exportações bastante saudável.

Nossa luta foi pela redução da carga tributária.

Acabou o ano, Sr. Presidente, com a promessa solene de Sua Excelência o Presidente da República e da Liderança do Governo de que não haveria substituto para a CPMF. O Governo tinha absorvido a derrota. Reconheciam alguns setores do Governo que a carga tributária estava excessiva e que o Governo procuraria iniciar 2008 sem aumentar impostos. Mentira! Tudo mentira! Começou o mês de janeiro e o Presidente da República anunciou aumento de novos impostos. O Ministro Guido Mantega teve a desfaçatez de ir à televisão para dizer que aquela promessa valera até o dia 31 de dezembro, e que, a partir daquele momento, o Governo estava livre para criar algo que substituísse a ausência da CPMF. Mas vejam V.Ex^{as.}, Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas manchetes. O *Estado de S.Paulo* de 27 de fevereiro deste ano: "Receita cresce 20% após fim da CPMF. O fim da CPMF não afetou o desempenho da arrecadação de impostos e contribuições federais". *Valor Econômico*: "O impressionante salto das receitas federais em janeiro", um editorial de três de março do corrente. Outra matéria comenta: "Gastos e carga tributária elevada são mantidos".

Sr. Presidente, a impressão que se tem é a de que o Presidente da República quer fazer o País de tolo, de bobo, e a população, de idiota. As instituições não são respeitadas. Recentemente, sofreu agressão o Judiciário na pessoa – nada mais, nada menos – do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Marco Aurélio Mello, que pode até ter provocado um equívoco por ter se antecipado ao manifestar opiniões sobre processos que ainda não lhes chegaram às mãos, mas nada merecia o ataque deferido no Nordeste pelo Presidente da República, de forma desmoralizante, contra um dos Poderes da República. Eu não me refiro a órgãos, mas, sim, ao Poder Judiciário. Sr. Presidente, esta Casa andou tratando de outros assuntos, e o Presidente foi poupado de uma análise maior do Plenário do Senado Federal. É verdade que vários Senadores abordaram o fato – que aconteceu num final de semana – e denunciaram, mas isso passou ao largo. Porém, no dia 1º de março, ele mereceu um editorial – não se trata de uma opinião política, mas de um editorial da *Folha de S.Paulo* intitulado "Território invadido". "Ataques do Presidente Lula a um Ministro do Supremo são espetáculo constrangedor de descontrole e truculência.

Quem entrou em cena numa cerimônia realizada anteontem, em Aracaju, foi um Presidente da República desequilibrado e truculento, vociferando do palanque despropositadas provocações a um Poder autônomo da República." É a *Folha de S.Paulo*, não é nenhum colunista. É o conselho editorial, que orienta a elaboração de editorial. Quero que faça parte integrante do meu pronunciamento esta opinião da *Folha* intitulada: "Território invadido". O *Globo* também não ficou atrás. Nas palavras do colunista Merval Pereira, o jornal diz: "Lula revela todo o seu autoritarismo e presta um desserviço à democracia quando, fazendo política de palanque, investe publicamente contra o Judiciário."Sr. Presidente, isso tem que ficar registrado...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, permite um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sim, mais tarde. Deixe-me só avançar mais um pouco as minhas palavras, eminente Líder.

Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, isso deve ficar registrado no plenário. Tive uma experiência, lá atrás, de combate à ditadura. E quanto mais forte e exorbitante a ditadura, quanto mais ela gritava, quanto mais ela matava, seqüestrava, mais tínhamos ânimo de lutar pelo seu fim.

Para mim pouco importa se Lula, no meu Estado – Estado natal também dele –, tem 80% de aprovação, porque, quando ele disputou a Presidência da República, eu, votando contra ele, tive votação semelhante à dele. Não me causa nenhuma inquietação, nenhuma moosa o fato de o Presidente da República estar num patamar muito elevado de popularidade. Mas ele não pode desmoralizar o Judiciário; deixar de dar a mínima atenção ao Tribunal de Contas da União e passar a mão na cabeça de corruptos, como fez e faz constantemente. Não pode dizer que uma Ministra que se atrapalhou com o dinheiro público e fez compras em *free shopping* nada deve e pode sair de cabeça erguida se a própria Procuradoria Geral da República incrimina essa Ministra e manda que ela devolva o dinheiro.

Tudo isso, Sr. Presidente, deve ter um fim e precisa ser registrado aqui. O Presidente da República não mais leva em conta o Judiciário. O TCU para ele não vale nada, é um lugar de políticos aposentados, segundo voz corrente dentro do Palácio do Planalto. Uma tentativa clara e transparente de desmoralização do Congresso Nacional. A Câmara não precisa se desmoralizar porque vive completamente manietada pelo Palácio do Planalto; o Senado, que tem uma maioria escassa com relação ao Governo, o Presidente Lula tenta calar e desmoralizar.

Portanto, temos de partir para o enfrentamento, os partidos de Oposição – o PSDB, o DEM e outros. Se deixarmos a questão eleitoral de lado... Porque a questão eleitoral está sendo explorada pelo Presidente da República, que usa um avião pago por todos nós e está disposto a fazer comícios no interior duas vezes por semana. Está registrado hoje em todos os jornais que ontem foram distribuídas cinco mil marmitas, foram convidadas centenas de pessoas... E se esta Casa fica calada...

A Presidência da República não leva em nenhuma consideração a mídia, que tem tido um papel altivo. Não leva em consideração *O Estado de S. Paulo* – por meio de seus editoriais –, *O Globo*, *a Folha S. Paulo*, *o Jornal do Brasil* – para ficar apenas nos maiores jornais. A mídia não tem sido levada em conta pelo

Palácio do Planalto, o Judiciário foi desmoralizado, e o TSE, mais ainda, porque foi atingido o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Eu quero saber, Sr. Presidente, quando vamos parar com isso. Um Presidente com uma formação autoritária, que exorbita a todo instante, que insiste em fazer com que a opinião pública entenda que quem trabalha é ele, e que este Congresso não trabalha. É verdade que se discute muito e se vota pouco, mas isso acontece porque as medidas provisórias trancam a pauta desta Casa. E não é, Sr. Presidente, por meio de famigeradas medidas provisórias que se cria – para voltar um pouco ao que já comentei – uma TV pública nacional.

Isso é um desrespeito não somente ao Senado, à Câmara, ao Congresso Nacional, mas também um desrespeito a todo o Brasil. Sobre isso já falou hoje, com muita competência, o nosso Senador Pedro Simon.

Com relação ao episódio que envolveu a Colômbia há cerca de dez dias, o Brasil teve um papel vergonhoso. Eu disse isso ontem ao Ministro Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores, no mesmo momento em que o Congresso estava reunido para apreciar o orçamento. Disse-lhe que a aparição dele como representante do Governo da República na televisão foi um desastre. A sua postura ficou pela metade. O Brasil insistia que a Colômbia deveria fazer um novo pedido de desculpas. Se o Itamaraty não estava satisfeito com o pedido de desculpas formalizado pela Colômbia, então deveria pedir que a Colômbia o aprofundasse.

Mas não dar uma palavra sobre uma organização que já teve uma luta ideológica e que hoje não passa de um agrupamento de criminosos, de assassinos, de seqüestradores é inconcebível, Sr. Presidente! É inconcebível que um Presidente da República tenha influenciado a política do Itamaraty, não permitindo que o Brasil, em nota clara, dura, transparente, condenasse a invasão do espaço aéreo do território equatoriano e, com a mesma dureza, com a mesma ênfase, a ação criminosa das Farc. Está aqui, Sr. Presidente, um artigo de Clóvis Rossi, que não é apenas um colunista. S.S.^a pertence ao conselho editorial da *Folha de S.Paulo*. Diz o artigo: "O Brasil pode e deve ser neutro entre dois vizinhos, mas não pode nem deve ser neutro entre o Governo colombiano legítimo e as Farc, um grupo delinqüente."

As contradições não são só essas, Sr. Presidente. O Ministro Celso Amorim disse que as Farc não tem *status* porque o Governo

brasileiro não as reconhece. Isso não é verdade. Enquanto S.Ex^a. dizia isso, esse falastrão que vive lá no Palácio do Planalto, o tal do top-top-top, perguntado pelo *Le Figaro*, em Paris, no dia 4 de março desse mês – há apenas 12 dias –, também dizia o seguinte sobre a relação do Governo brasileiro com as Farc: “Lembro-lhe que o Brasil tem uma posição neutra com relação às Farc. Não as qualificamos como grupo terrorista, nem como força beligerante.” É esse homem que dita a política internacional, a política exterior do Brasil, e não mais o Itamaraty.

Então, são esses fatos, Sr. Presidente, que a Oposição tem de enfrentar – e enfrentar como tem enfrentado –, mas com mínimo de organização. Temos que ser organizados. Não posso dar pitaco dentro do meu Partido – porque não me deixam –, mas quero dar pitaco dentro da Oposição, onde eu me sinto inteiramente à vontade. Precisamos nos organizar e mostrar que o Presidente vai para o interior do País, falta com a verdade e nos acusa de adotarmos uma postura meramente eleitoral.

Este, Senador José Agripino, é O *GLOBO* de ontem, dia 12: “Em clima eleitoral, ataques à Oposição.” “Num evento com ar de campanha, com discursos inflamantes, transporte gratuito e distribuição de comida, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, na inauguração de um projeto de irrigação, que seus adversários só pensam na sucessão presidencial de 2010”. Pode um negócio desses, Sr. Presidente? Pode a pessoa agir e a nós atribuir o seu ato? Não pode! Não podemos tolerar, não podemos aceitar isso todos os dias. Alguém tem que passar por estas tribunas para denunciar isso. O País não pode imaginar que a Oposição foi contra a TV Pública apenas por capricho. Não sou contra a TV Pública, sou contra a forma desmoralizante como foi criada, por meio de uma medida provisória.

O Sr. José Agripino (DEM-RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Ouço V.Ex^a., Senador Arthur Virgílio, que me pediu primeiro um aparte. Em seguida, ouvirei V.Ex^a., Senador José Agripino.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, acho que V. Ex^a tem mais que o direito, tem o dever de dar todos os seus pitacos na Oposição, da qual V. Ex^a é uma das figuras mais proeminentes. V. Ex^a, para mim, é uma figura pública singular e é um Senador ímpar, Eu, inclusive, sem

acrescentar nada e concordando com o inteiro teor desse seu discurso claro, lúcido, propositivo, firme, faria uma crítica a setores do meu próprio Partido tucano. É o meu Partido definitivo, não tem como pertencer a outro partido. Ou saio da política, ou o partido deixa de existir, fora disso, sou tucano até o final. Porém, o meu Partido, às vezes, padece de um certo esnobismo. Mania de subestimar o Presidente Lula, por exemplo, "ah, porque fala errado, porque a concordância é assim, a concordância é assado". Eu não, eu não subestimo, não. Para mim, não tem nada à toa, nada por acaso nessas andanças do Presidente. Nada por acaso nesses ataques à Suprema Corte, por meio da figura do Presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, que também integra a Suprema Corte do País. Nada por acaso no gesto desmoralizante de retirar aquela urgência da medida provisória para facilitar desígnios do Governo de chegar TV estatal, TV pública, como queiram. Nada. Para mim é tudo premeditado, é uma campanha nítida para desmoralizar as instituições que sustentam a democracia, para permitir uma hipertrofia cada vez maior do Executivo e para, ao fim e ao cabo, quem sabe, nós nos embrenharmos por uma noite obscura, que não podemos nem sonhar com ela, mas temos de evitá-la. Não é por acaso, não. O Ministro Marco Aurélio merece a nossa solidariedade neste momento. Devo dizer ao Ministro que quem merece a solidariedade, na verdade, não é ele, é a Suprema Corte do País, é o Tribunal Superior Eleitoral, porque o Presidente Lula demonstra com clareza que se indis põe com a figura de uma Oposição forte, como a que temos de exercitar aqui, em nome da democracia, e se indis põe com a figura de um Judiciário independente. Ou seja, para ele, seria melhor que repetíssemos o que o acontece hoje em Cuba, nessa Cuba que ele tanto exalta: nada de Judiciário, a não ser um simulacro de legislativo, onde predomina a vontade de quem é delegado daquela revolução que extinguiu a sua chama há muito tempo. Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo discurso contundente, claro, preciso que me faz manter e reafirmar toda essa admiração por V. Ex^a, que mais do que um Senador de escol é, sem dúvida alguma, um grande conselheiro de todos nós nesta Casa. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Ouço o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PSDB-RN) – Senador Jarbas, V. Ex^a fala pouco, mas, quando fala, é de uma precisão cirúrgica. V. Ex^a é econômico nas palavras, mas extremamente abrangente no

raciocínio e na abrangência do que deseja dizer e aonde quer chegar. Quero colaborar um pouco, talvez, com o *payoff* do que V. Ex^a queira dizer. Acho que o Presidente Lula, mais do que não respeitar os poderes Legislativo e Judiciário está desafiando o Judiciário. Veja, o Ministro Marco Aurélio fez o quê? Interpretou a Constituição, falou em nome do que está escrito na Constituição. Disse que é proibido, em ano de eleição, começar programa novo. Por conta disso, não ele, mas os que respondem por ele, o PT – Partido dos Trabalhadores entra com uma interpelação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal contra o Presidente de uma Corte porque ele falou em nome da Constituição, leu a Constituição. Aí é interpelado. Ele desafia o Legislativo o tempo todo, entupindo a pauta, obstruindo a pauta com medida provisória de forma deliberada...provocando inclusive os vexames como os da terça-feira, quando o Líder do Governo, nessa tribuna em que V. Ex^a está, retirou uma medida provisória que tinha sido, dias antes, considerada urgente e relevante pelos governistas na Câmara, aqui foi considerada não urgente e não relevante pelo líder do governo no Senado. Para quê? Para desmoralizar o Congresso. É claro que é para desmoralizar o Congresso. Não desmoralizou porque tivemos uma reação à altura, nos retiramos do Plenário. Apodreçam sós. E V. Ex^a vem agora, com muita propriedade, colocar uma coisa que é possível que o país reflita o que o Presidente Lula está fazendo. Está peregrinando pelo país. Às custas dele? Não. Com marmitas pagas pelo erário, com gasolina do Aerolula paga pelo erário. Para fazer o quê? Para fazer agressão à oposição financiada com o dinheiro público. O que ele está fazendo são comícios e, como Estados editoraram nos jornais, para fazer a agressão financiada com o dinheiro público. Para preparar o quê? O que ele está fazendo em Alagoas, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Rondônia? Fazendo campanha eleitoral.

Não me iludo. Ele leva a Ministra Dilma, que é uma pessoa que ele pode colocar hoje e tirar amanhã, porque o que ele quer – e começo a ter a convicção disso – porque ele calçando salto 40, ele está no supra-sumo da sua auto-suficiência. Ele está preparando, Senador Jarbas Vasconcelos, a sua pré-campanha do terceiro mandato. Daqui a pouco, pode estar certo, o Deputado Devani vai apresentar o projeto do plebiscito e aí a democracia brasileira vai ser colocada em xeque. E antes que isso aconteça, V. Ex^a vem à tribuna fazer, com muita propriedade, as colocações que são

advertências, em nome da preservação dos pilares democráticos, que são

A respeitosa convivência dos Poderes Legislativo e Judiciário. Agora, na verdade, o que Sua Excelência o Presidente está fazendo é campanha pelo terceiro mandato, não tenha nenhuma dúvida, é campanha pelo terceiro mandato. Quem viver verá. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – É isso, Senador José Agripino, que deve ser enfrentado, porque, se não é enfrentado, amanhã vem o arrependimento por não termos dito isso desta tribuna. Um Presidente da República que não leva em conta o Judiciário, que desmoraliza o Judiciário, que manda o Congresso Nacional trabalhar – como se ele fosse um Presidente trabalhador – , que não tem o menor respeito pela mídia, que tem uma equipe de trelosos e aloprados. Quando existe algo com um treloso desse ou com um aloprado, ele passa a mão na cabeça, porque o Presidente da República se julga com uma força de tal natureza, que basta a sua palavra para se confrontar com o Judiciário. Para ele, o Tribunal de Contas da União não vale nada, e, como disseram no Palácio do Planalto, trata-se de um acampamento de políticos aposentados. Até onde isso vai chegar ninguém sabe.

Faço um retrospecto de cem dias para cá. Derrotamos a CPMF, o Presidente decretou aumento de impostos em janeiro, disse que não ia fazê-lo, mas o fez, e a arrecadação subiu. Disse aos concursandos do Brasil que a responsabilidade pelo cancelamento dos concursos e pela não-convocação dos concursados é da Oposição. Lorota, lorota, para não dizer mentira. Os concursados podem ser chamados porque a arrecadação está sobrando.

Há dinheiro.

Basta ler os jornais para tomar conhecimento do excesso de arrecadação já em janeiro e da previsão de uma arrecadação ainda maior em fevereiro e em março. Então, tudo isso, Senador Mão Santa, tem que ser denunciado – e por dever de justiça devo dizer que mesmo sozinho V.Ex^a. o faz, sem a orientação da bancada de oposição. Aqueles que relutam e querem enfrentar essa situação que está sendo criada no País devem seguir uma orientação.

Eu não tenho posição de liderança nesta Casa. Sou um dissidente no meu partido, mas não vou ficar calado. Vou me inscrever agora em todos os horários de que eu dispuser para denunciar. Pouco me importa se o Presidente da República já

desmoralizou o Judiciário, não liga para o TCU, se quer investir contra o Senado, se não leva em conta a imprensa, se cria uma tevê pública por meio de medida provisória. Nós vamos para o enfrentamento, para depois não choramingarmos pelos cantos ou dentro de casa, dando satisfações aos familiares e aos eleitores de que deveríamos tê-lo feito.

O Presidente da República tem uma formação altamente autoritária, tem extravasado essa formação, e o Senado não tem motivo para se calar nem para colocar o rabo entre as pernas. Tem que levantar a cabeça, gritar, protestar. Pouco importa que o eco seja pequeno. É pequeno neste momento, mas depois crescerá. Eu me lembro, quando eu era Deputado Estadual no Recife – só tive um mandato de Deputado Estadual – de uma pesquisa em que Garrastazu Médice, o pior e mais contundente dos Generais, tinha 84% de avaliação positiva no meu Estado. Deu no que deu, uma figura repudiada, que viveu seus últimos dias dentro de um apartamento e de lá saiu para o túmulo.

Sr. Presidente, temos que enfrentar essa situação. Não é possível a posição dúbia com relação ao episódio de condenação da Colômbia: receber aqui um falastrão – o Presidente do Equador – que chama de canalha o Presidente de outro Estado, sem qualquer repreensão do Itamaraty. Que ele vá dizer isso para o seu povo no Equador, mas não no Brasil, com a tradição diplomática que temos. Por que ele se sentiu à vontade para dizer isso aqui? Porque nosso governo deu uma declaração pela metade: deu-lhe apoio, condenou a ação colombiana e exigiu novo pedido de desculpa da Colômbia mas não enfrentou os seqüestradores, os bandidos militantes e freqüentadores das Farc. Isso precisa ser dito, mesmo que não ecoe como gostaríamos. Isso tem que ser enfrentado.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V.Ex^a e peço que conste do meu pronunciamento as matérias jornalísticas a que me referi.

Deixo aqui os documentos e peço a transcrição dos editoriais da *Folha de S.Paulo*, da Coluna de Merval Pereira de *O Globo* e do Editorial do *Estadão*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

TRABALHOS PUBLICADOS

- Um Análise da Economia Canavieira de Pernambuco (1972)
- Liberdade e Desenvolvimento (1973)
- O Papel da Oposição (1978)
- Constituinte Já! A Solução da Crise (1978)
- Pernambuco: Descaso e Miséria (1983)
- Denúncias Contra o Governo e o Regime (1984)
- A Oposição Exercida Como Direito (2007)
- Democracia e Estado de Direito (2007)
- O Apagão do Governo Lula (2007)
- CPMF: Um Imposto Anacrônico (2007)
- Ulysses Vive (2007)
- Orgulho de Pernambuco (2008)

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Senador Jarbas Vasconcelos
Senado Federal
Ala Senador Dinarte Mariz, Gab. 4
70165-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3311-1284
Fax: (61) 3311-1977
e-mail: jarbas.vasconcelos@senador.gov.br
Site: www.jarbasvasconcelos.com.br

BIOGRAFIA RESUMIDA

Senador da República pelo Estado de Pernambuco (2007-2015)

Deputado Estadual (1971-1974)

Deputado Federal (1975-1978 e 1983-1985)

Prefeito da Cidade do Recife (1986-1988 e 1993-1996)

Presidente da Associação dos Prefeitos de Capitais

Presidente Nacional do PMDB (1989-1990)

Governador do Estado de Pernambuco (1999-2002 e 2003-2006)